



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

FONTES HISTÓRICAS E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Raimunda Alves Moreira de Assis
(UESB)²⁴⁴

RESUMO

Este artigo é parte da pesquisa em andamento sobre as Políticas Públicas de Educação no Município de Itabuna-BA no período entre 1930-1945. Ele tem como objetivo apresentar os caminhos percorridos para levantar as fontes documentais que nos ajudaram a reconstituir a história da educação do município no período em estudo. No primeiro momento, apresentamos uma análise teórica do conceito e finalidade das fontes; em seguida, interpretamos o significado do seu conteúdo histórico para a construção da historiografia local; e, por último, descrevemos as ações empreendidas para levantar as fontes históricas da região cacauzeira. No processo de investigação e levantamento das fontes nos amparamos no pressuposto sócio-histórico, revisando os conceitos de fontes históricas, documentos e história, a partir de uma concepção dialética da realidade, a qual nos permitiu analisar e interpretar as fontes compreendendo o seu contexto e as determinações sócio-históricas. Pretende-se, ao final, destacar a importância das fontes para a construção da historiografia regional e de modo especial no campo da história da educação, área que ainda carece de produção científica.

INTRODUÇÃO

Este texto tem o objetivo de analisar o conceito que se atribui ao termo fontes e destacar a sua importância para pesquisa no campo da história da educação. Ele é parte da nossa tese de doutorado em andamento. O estudo nos possibilitou levantar e identificar documentos históricos que até a presente data



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

não tinham despertado o interesse dos pesquisadores deixando, assim, uma lacuna na historiografia da educação regional. Isso nos levou a questionar o porquê da falta de produção nesta área do conhecimento e a importância de um estudo dessa natureza para a história da educação regional. É claro que não vamos aqui responder as questões levantadas, o que originaria um outro trabalho. A nossa intenção foi somente suscitar questões que ainda precisam ser investigadas no campo da história da educação, na Microrregião Cacaueira ao Sul da Bahia.

Buscamos desenvolver o estudo a partir de uma perspectiva teórico-metodológica, considerando que o modo pelo qual a produção material de uma sociedade é realizada constitui o fator determinante da organização política e das representações intelectuais de uma determinada época. E nesse sentido, Marx ao desenvolver os seus estudos sobre o método dialético, explicita que o melhor método para se iniciar uma pesquisa é partir do real, do concreto, porque o concreto-dado são as condições existentes. Ele é a síntese das múltiplas determinações, ou seja, a totalidade (MARX, 1983, p.218).

Para o levantamento das fontes visitamos vários espaços públicos e privados e neles identificamos documentos de diferentes naturezas. São documentos manuscritos, impressos, iconográficos e que, ainda, não tiveram um tratamento analítico adequado pelos pesquisadores regionais. A partir do exame dessas diferentes fontes, procuramos mediar as informações que foram se acumulando historicamente na região e produzir conhecimentos a respeito da história da educação no município de Itabuna, durante o período de 1930 a 1945.

Tratando-se de um estudo cujas fontes de pesquisa são basicamente documentais, sentimos a necessidade de esclarecer o que estamos considerando como *fonte* no âmbito da historiografia educacional. Para tanto, recorreremos aos

²⁴⁴Doutoranda em Educação pela UFF/Niterói e Prof^ª. da Universidade. Estadual de Santa Cruz/UESC/BA. assisraimunda@hotmail.com.

estudos realizados por diferentes autores que se dedicaram a discutir a temática das fontes históricas.

O termo *fonte*, no âmbito da historiografia educacional tem diferenciados sentidos. O uso mais recorrente que se faz desta terminologia, aponta para dois sentidos. Um deles tem a acepção daquilo que origina ou produz. Expressa, portanto, a nascente, o minadouro e o lugar de onde brota, a mina. O outro mostra o sentido de base, o ponto central, as informações, o apoio e a direção que se emite para processar todo um sistema coeso de conhecimentos. Além desses sentidos, a filologia assinala que fonte significa texto ou documento original (SAVIANI, 2004).

Esses significados do termo fonte são usados no campo disciplinar da história com o sentido análogo. Em outras palavras, se o termo fonte significa a origem, a nascente, a base, o ponto de sustentação de algo que nasce e, por semelhança de função, pode-se aplicá-lo no campo da História, pois são as fontes o ponto de apoio para a construção do objeto histórico. Então, entende-se que as fontes são produtos históricos, construídas pela ação humana e, mesmo que não tenham sido produzidas com a finalidade de assinalar os fatos históricos, acabam constituindo-se em elementos que possibilitam a reconstrução de conhecimentos históricos. Nas palavras de Lombardi:

As fontes resultam da ação histórica do homem e, mesmo que não tenham sido produzidas com a intencionalidade de registrar a sua vida e o seu mundo, acabam testemunhando o mundo dos homens em suas relações com outros homens e com o mundo circundante, a natureza, de forma que produza e reproduza as condições de existência e de vida. (LOMBARDI, 2004, p.155).

As fontes têm uma finalidade. Elas devem ser entendidas enquanto testemunhas que possibilitam perceber o mundo e a vida dos homens. Nesse



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

sentido, todas as fontes que encontramos nas suas mais diferentes formas de registro, constituem-se em documentos. Cabe agora definir o que se entende por *documento*. Em princípio, compreendia-se documento apenas por um texto. Não obstante, a aceitação desse conceito, via-se o quanto essa idéia era limitada. O Professor Fustel de Coulanges, da Universidade de Estrasburgo, citado por LE GOFF (1990), levantou essa discussão e argumentava que: “Onde faltam os monumentos escritos, deve a história demandar às línguas mortas, os seus segredos... Deve escutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação... Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a história”. (Fustel de Coulanges, 1901, p.245 apud LE GOFF, 1990, p.539).

Partindo dessa compreensão, modernamente o conceito de documento ampliou-se, principalmente com as discussões provocadas pelos fundadores da revista “Annales d’histoire économique et sociale” (1929), Lucien Febvre e Marc Bloch. Os autores, além de demonstrarem a necessidade de se ampliar o conceito de documento, chamam a atenção para as diferentes formas de se utilizá-lo. Eles formulam a seguinte reflexão:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (FEBVRE e BLOCH, 1949, p. 428 apud LE GOFF, 1990, p.540).



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Esta forma ampliada de compreender o termo documento, a partir dos anos 60, abriu diferentes possibilidades no campo da pesquisa em história da educação que até então não haviam sido privilegiadas. Dentro dessa visão, os pesquisadores despertaram o interesse por novas temáticas e isso fez crescer, dia-a-dia, as produções nessa área do conhecimento, sobretudo, nas Universidades, pelos trabalhos dos pesquisadores e das produções das dissertações de mestrado e teses de doutorado, desenvolvidas pelos programas de pós-graduação do país.

Igualmente importante tem sido a atitude das autoridades governamentais que passaram a ter novas preocupações quanto ao uso e à conservação das fontes históricas nas suas localidades. Frente a essas evidências, verificamos que, hoje, já se atribui uma relativa importância às múltiplas formas de fontes históricas, quer seja pela sociedade civil ou pelo próprio Estado.

Acresce a importância que hoje se atribui às fontes históricas, o uso que se faz desses documentos. A depender da forma como o documento é utilizado, ele trará versões diferenciadas sobre a concepção da história.

Se procurarmos analisar os documentos como resultantes de um processo histórico e que fazem parte de uma montagem articulada, consciente ou inconscientemente, em uma determinada época, veremos que eles não são inócuos e, portanto, não podem ser tomados em si mesmos. Há que ser analisados numa perspectiva crítica, interpretados e relativizados. Daí, nunca é demais lembrar que não existe conhecimento neutro. Portanto, os pesquisadores direcionam os seus estudos a partir de uma compreensão de mundo, de realidade e de homem.

Nessa direção, Sanfelice infere que as posturas estão presentes nas entrelinhas das pesquisas, ou seja, os pesquisadores produzem conhecimentos a partir de uma “postura epistêmica orientadora de uma concepção de ciência e de um conseqüente direcionamento para o fazer científico”. (SANFELICE, 2004, p.98). Portanto, não é demais repetir que as fontes não falam por si só. As informações são mediadas pelo pesquisador.

Luporini, partilhando dessa concepção diz que “não se pode conceber o documento como a própria realidade, pois ele é apenas uma representação do real feito a partir de uma determinada visão de mundo”. (2004, p. 212). De acordo com os argumentos apresentados pelos autores, fica claro que a utilização dos documentos depende do enfoque adotado e do recorte escolhido para produzir a pesquisa e, certamente, isso terá implicações na escolha e hierarquização das fontes.

As fontes carregam em si as características da busca, seleção e interpretação dos dados encontrados. O pesquisador, ao definir o seu objeto investigativo pensa sempre nos tipos de documentos e na forma como vai tratá-los. Essa opção leva-o, portanto, a utilizar essa ou aquela fonte histórica. E, naturalmente, essa escolha expressa um ponto de vista, uma determinada concepção de ciências.

A nossa análise e interpretação procura compreender as fontes dentro da sua contextualização e das determinações sócio-históricas do seu tempo. Nesta direção, elegemos duas categorias de análises para interpretar esse objeto de estudo. A categoria da totalidade e a da especificidade. Elas foram fundamentais para interpretar os fatos sociais identificados nos documentos históricos das diferentes fontes.

A categoria da *totalidade* nos ajudou a elaborar as indagações formuladas e mediar a nossa atitude de busca na perspectiva do que descreve Kosik:

Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função “dupla”, a única capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um

sentido a algo mais. Esta recíproca conexão e mediação da parte e do todo significam a um só tempo: os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade. Do mesmo modo, o todo de que não foram diferenciados e determinados os momentos é um todo abstrato e vazio. (KOSIK, 1976, p.40-41).

Há que se considerar ainda, que para muitos historiógrafos essa categoria da totalidade não possibilita trabalhar outras questões de ordem mais específica, como por exemplo, os sujeitos da educação: professores, alunos, coordenadores, diretores e outros. Nesse sentido, é necessário relativizar os fatos e considerar também um outro elemento de igual importância, a categoria da *especificidade*.

Dessa maneira, sinto que trabalhar empiricamente a história da educação local, significa a possibilidade de avançar na especificidade da educação regional, o que nos levará, inevitavelmente, a iniciar a construção de um conhecimento histórico da educação, que é *singular* (local/regional), mas que também é parte integrante do *nacional, do todo*. Vejo, portanto, a necessidade de entender o significado atribuído a esses dois termos a partir dessa compreensão.

Assim, quando se trata do singular e do particular, estamos nos referindo aos acontecimentos regionais, mas como parte integrante de um todo, o nacional. Nessa perspectiva, Alves (2001) afirma que:

[...] os termos regional e nacional são expressões, em escalas diferentes, do singular. O universal corresponde ao movimento dado pelas leis da totalidade, isto é, da sociedade capitalista, e o singular cinge-se ao *locus* em que esse movimento se realiza: uma região, uma instituição educacional, a obra teórica e/ou prática de um educador etc. Portanto, universal e singular são suficientemente captados quando revelam essa indissociabilidade. (ALVES, 2001, p.164).



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Pelo exposto, percebemos a importância de se refletir sobre estas categorias de totalidade/particularidade e/ou universal/regional porque, à medida que o pesquisador faz uma análise crítica da documentação, pode colocar em suspeição memórias já instituídas, chegando, inclusive, a outras conclusões sobre o mesmo fato histórico. Sobre essa questão Saviani (2000) fez referência ao apresentar o volume sobre as *Leis e regulamentos da instrução pública do Império em Mato Grosso*, em que salientou que “a história da educação brasileira continua sendo, predominantemente, baseada nas fontes do governo central, ou dos Estados hegemônicos não tendo, por enquanto, maiores condições de refletir as especificidades regionais e locais”. Refere-se ele ainda à necessidade de proceder-se à coleção coletiva de uma história que dê conta da realidade matizada de nossa educação (SAVIANI, 2000, p. 2, apud MIGUEL, 2004, p.114).

Em outras palavras, em geral, a produção do conhecimento histórico retrata memórias já instituídas. Contudo, se passarmos a analisar as fontes localizadas/regionais, as pesquisas poderão chegar a novas versões e interpretações sobre o passado histórico. Nessa perspectiva, o pesquisador regional pode entender o quanto é importante a sua participação no percurso da reconstrução da historiografia regional, como parte integrante do estudo universal em educação no Brasil, como demonstram os trabalhos pioneiros de investigação que vêm sendo realizados em diversos estados brasileiros, pelos diferentes grupos de pesquisas ligados ao HISTEDBR, com o seu projeto de *Levantamento e Catalogação de Fontes Históricas* na área da educação. Estes estudos, certamente, apontam para outras interpretações que talvez se contraponham às informações já tradicionalmente instituídas.

Feitas essas considerações conceituais mais gerais sobre fontes de pesquisa, vamos apresentar os caminhos percorridos até o momento, para realizar o levantamento, a seleção e a organização das fontes que se constituíram em suporte



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

para a materialização do nosso objeto de estudo no doutorado. Parafraseando Carvalho e Nunes, posso dizer que estou preparando o terreno para construir a minha narrativa histórica no campo da educação itabunense, na perspectiva de problematizar e construir novas perspectivas educacionais para a região.

Vale ressaltar que a realização dessa pesquisa assume o caráter de pioneirismo, porque é ela quem inaugura a primeira iniciativa desse gênero, constituindo-se, também, na primeira possibilidade de se buscar recuperar, de modo singular, a história educacional da região cacaueira.

Então, é nessa configuração histórica, de falta de uma produção de conhecimento no campo da história da educação regional, que se situa o município de Itabuna. Isso foi constatado a partir de um levantamento realizado por Assis, Profa. da Universidade Estadual de Santa Cruz –BA (UESC), ao elaborar um projeto de pesquisa sobre fontes primárias, no ano de 2003, na linha dos projetos que vêm sendo realizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR), sob a coordenação geral do professor Dermeval Saviani, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), iniciados nos anos de 1990, denominado “*Levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias da educação brasileira*”.

O resultado do levantamento local da produção historiográfica da educação na região cacaueira, como já era esperado, é quase inexistente. Localizamos apenas duas produções nesse campo de estudo, fruto de dissertações de mestrado em educação. A primeira de Assis (2000), intitulada *História da Educação de Itabuna: 1906 a 1930*, que trata da organização e funcionamento do ensino, e a segunda, o estudo sobre a *Evolução da rede pública de Ensino Médio de Ilhéus de 1940 a 1980*, de Barbosa (2001). Decerto, podemos considerar como marco inicial nessa área do conhecimento, essas duas dissertações de mestrado. Acreditamos, portanto, que foram elas que deram origem a uma historiografia educacional de cunho acadêmico no âmbito regional.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Como primeira etapa do estudo, realizamos visitas aos diferentes espaços públicos: bibliotecas, prefeitura, universidade, museus, escolas tradicionais e outros. No primeiro momento, essas atividades foram empreendidas sem muito sucesso, porque parecia que estávamos diante da inexistência de objetos de memória coletiva do período em estudo.

Entretanto, ao visitarmos o Arquivo Público Municipal de Itabuna (APMI), no de 2003, encontramos uma coleção de documentos que, até o momento, foi pouco usada, pelos pesquisadores da região, para estudos dessa natureza. São os Jornais Oficiais do Município e o Livro de registro de atas e resoluções da comarca municipal de Itabuna. Estas fontes primárias manuscritas e impressas contêm importantes informações, constituindo-se em documentos de valor histórico meritório para a história da educação de Itabuna.

No ano de 2004, demos continuidade ao levantamento e catalogação das fontes, realizamos visitas ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e o Arquivo Público do Estado da Bahia–APEB. Ainda nessa etapa de localização de fontes, identificamos pessoas da comunidade local. São professores, trabalhadores, militantes políticos, remanescentes do período histórico que viveram e atuaram na região. Elas serão os nossos futuros depoentes. Se acrescente também as fotografias, elas mostraram aspectos relevantes da memória educacional da região, dos valores culturais, enfim, da vida social da época; e, de igual forma, os jornais de circulação da época.

Vale registrar que cada descoberta de uma nova fonte era sempre motivo de muita alegria pela possibilidade que se vislumbrava de materializar a história educacional do município.

Após a seleção e avaliação dos documentos, foi possível estabelecer um primeiro diálogo com eles. Os documentos arrolados nessa fase inicial da pesquisa já permitiram fazer algumas considerações sobre os dados da realidade educacional nacional e local no período em estudo.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Sobre o panorama geral da política educacional dos anos 1930 e Estado Novo, vê-se que o município reproduziu na íntegra, através do Jornal Oficial, os documentos elaborados pelo Governo Federal. Podemos destacar notas sobre a *Reforma Educacional*, que seria implantada em todo o território nacional, a partir da criação, em 1930, do Ministério de Educação e Saúde, com as propostas de mudanças para o ensino primário, profissional, secundário e superior. Também registram a proposta do *Plano Nacional de Educação*, que tinha como objetivo, coordenar e supervisionar as atividades de ensino em todos os níveis, previsto pela Constituição Federal de 1934, Art. 150. Ainda, através de decreto publicado, faculta o ensino religioso nas escolas e passa a cobrar taxa dos alunos matriculados nas escolas públicas; convoca governadores, prefeitos, autoridades, professores e a população em geral, para participarem do VIII Congresso Brasileiro de Educação, a realizar-se entre 18 a 28 de junho de 1942, em Goiânia, como parte do “batismo cultural” da nova metrópole do Brasil Central. Destacamos como exemplo, o seguinte documento:

VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO

Aprovado o programa dos temas gerais e específicos da reunião de Goiânia.

A diretoria Central da associação Brasileira de Educação, reunida na sede da entidade, avenida Rio Branco, nº. 91, 10º andar, aprovou o programa do VIII Congresso Brasileiro de Educação, a realizar-se de 18 a 28 de junho deste ano, em Goiânia, como parte do “batismo cultura” da nova metrópole do Brasil Central.

Segundo ficou deliberado o certame terá como tema geral: *A Educação Primária Fundamental* – objetivos e organização nas pequenas cidades e vilas do interior, na zona rural comum, nas zonas rurais de imigração e nas zonas de alto sertão.

Os temas especiais serão os seguintes: o provimento de escolas para toda a população em idade escolar e de

escolas especiais para o analfabeto em idade não escolar, e o problema da obrigatoriedade; tipos de prédios para as escolas primárias e padrões de aparelhamento, remuneração e assistencial; a frequência regular a escola, o problema da deserção escolar; a assistência aos alunos que deixam a escola primária, para escolas de nível mais alto ou para o trabalho; o rendimento do trabalho escolar, o problema das medidas; as “missões culturais”, como instrumento de penetração cultural e de expansão das obras de assistência social, as “colônias escolas”, como recurso para a colonização rarefeito ou desajustada.

Durante o período da realização do Congresso, serão realizadas cinco sessões plenárias e cinco correspondentes aos temas especiais.

As teses de memórias deverão ser entregues à Associação Brasileira de Educação até o dia 1º de maio próximo,

Outros temas mais gerais seriam tratados, por exemplo: o analfabeto em idade não escolar; o problema da obrigatoriedade escolar; tipos de prédios para as escolas primárias; remuneração e assistência aos professores; frequência e evasão dos alunos; o rendimento escolar dos alunos, o problema das “missões culturais”, como instrumento de penetração cultural e de expansão das obras de assistência social, as “colônias escolas” como recurso para a colonização rarefeito ou desajustada. (Jornal Oficial n.º 66 de 07 de abril de 1942, p.1).

No que diz respeito ao contexto socioeducacional estadual/local, encontramos uma diversidade de documentos de natureza política estricte senso e de natureza educacional. É oportuno registrar que eles se apresentam sob diferentes formas: atas de resultados de exames escolares, relatórios, decretos, tabelas, notas sobre a vida social e política do país e do município, projetos, avisos, solicitações, discursos proferidos, tabelas, fotografias, nomeação de professores, requerimentos, atos de inaugurações e criação de escolas e outros.

Parte desses documentos é pobre de conteúdo significativo, o que dificulta, de certa forma, a inteligibilidade no que concerne à recuperação da história educacional do município. Eles sinalizam muito pouco para questões como: prática docente dos professores, número e formação dos docentes; ampliação da rede



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

escolar; caracterização dos discentes; quem eram os alunos; metodologia adotada pelos professores; embates ideológicos ocorridos no período, principalmente entre liberais e católicos e outros.

Os documentos analisados remetem a uma questão que consideramos muito grave: o pouco ou quase nenhum investimento dos poderes constituídos na ampliação da rede escolar.

Não se constatou nas fontes, até o momento, nenhuma ação mais efetiva para o desenvolvimento do ensino público local. Poderíamos destacar vários elementos que serviriam para confirmar as nossas suspeitas. Contudo, ressaltamos neste momento somente a questão relativa à deficiência quantitativa: número de escolas, de alunos e de professores.

No âmbito da construção de escolas, os documentos revelam a edificação de somente uma escola pública nesse período, o grupo escolar – “Escola Lúcia Oliveira” -, com seis salas aulas, construídas com recursos municipais, inaugurado em 1935, a despeito do déficit escolar, que era excessivo. Haja vista que a demanda potencial das crianças de 7 a 14 anos era de 7.428 alunos, contudo, o número de escolas na época era de apenas 58 (na modalidade de escolas isoladas), ofertando somente 2.900 vagas. Deixaram de estudar 4.528 alunos (ASSIS, 2000). Conclui-se, assim, que quase a metade das crianças, em idade escolar, ficava impedida de freqüentar as aulas por absoluta inexistência de vagas.

Pressupõe-se que estavam fora da escola as crianças das classes populares, filhos dos trabalhadores rurais, posseiros, meeiros, areeiros e lavadeiras. As vagas existentes, certamente, estavam reservadas para os filhos da elite da região, formada pelos coronéis do cacau e dos grandes comerciantes. Um outro ponto digno de registro foi a falta de contratação de professores, quer sejam leigos ou diplomados, já que só encontramos o registro de contratação da Profa. Guiomar Otoni Neiva, no ano de 1933.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Outras hipóteses ainda poderiam ser levantadas a partir dos documentos coletados, mas sabemos que é prematura esta atitude, considerando-se que ainda estamos em fase de conclusão do levantamento de dados.

Não obstante, o longo caminho que ainda temos a percorrer, a base material que utilizamos para desenvolver este estudo, até o momento, se restringe a fontes documentais. Com esses dados, vê-se amplas possibilidades de se iniciar as primeiras aproximações para se reconstruir a história educacional, estabelecendo as primeiras representações de acontecimentos, de relações e experiências passadas e de ligações do nacional com o local.

Para finalizar, apontamos a importância e a necessidade do trabalho de levantamento e de catalogação das fontes primárias da história da educação brasileira, localizada na região cacauzeira para que, através da massa documental identificada, os pesquisadores e estudantes possam realizar as suas investigações e, no caso específico dessa pesquisadora, que consiga reconstruir a história educacional do município de Itabuna, no período de 1930-1945, a partir da trama das relações sociais, enquanto síntese de uma totalidade, expressa nas relações sociais nacional/local.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. Nacional e regional na história educacional brasileira: uma análise sob a ótica dos Estados mato-grossenses. In: **Educação no Brasil: história e historiografia**. Sociedade Brasileira de História da Educação (Org.). Campinas, SP: Autores Associados, SBHE, 2001.

ANDRADE, José Dantas de. **Documento histórico ilustrado de Itabuna**. Itabuna-BA: Gráfica editora de Itabuna, 1968.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

- ASSIS, Raimunda Alves Moreira de. **A educação em Itabuna: um estudo de organização escolar, 1906-1930.** Ilhéus: 2000. Dissertação Mestrado Universidade Federal da Bahia. Universidade Estadual de Santa Cruz.
- AURAS, Marli. Fontes e historiografia educacional brasileira: contribuição para o debate a partir da produção de conhecimento em história da educação catarinense relativa ao século XIX. In: LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da Educação.** Campina, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2004.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia.** Tradução. Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de e NUNES, Clarice. Historiografia da educação e fontes. **Cadernos ANPED,** Porto alegre, ANPED, nº.5, p.30, 1989.
- DIAS, Márcia Hilsdorf. O Diário de São Paulo como fonte. In: VIDAL, Diana Gonçalves e SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de (Orgs.). **A memória e a sombra – A escola brasileira entre o Império e a República.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- HILSDORF, M. Lúcia F. A série ofícios diversos do arquivo do estado de São Paulo como fonte para a História da Educação Brasileira. In: VIDAL, Diana Gonçalves e SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 1999. Jornais Oficiais do Município de Itabuna de 1930 a 1945.*
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.
- LOMBARDI, José Claudinei. História e historiografia da educação: atentando para as fontes. In: LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação.** Campina, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2004.
- LUPORINI, Teresa Jussara. Dez anos do HISTEDBR: a organização e criação do GT “Campos Gerais do Paraná”. In: LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação.** Campina, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2004.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo. Martins Fontes, 1983.
- MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Do levantamento de fontes à construção da historiografia: uma tentativa de sistematização. In: LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação.** Campina, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2004.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

SANFELICE, Jose Luís. Fontes e história das políticas educacionais. In: LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campina, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2004.

SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luís (Orgs.). **História e história da educação**. 2. ed., Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2000.

____ Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campina, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2004.

VIDAL, Diana Gonçalves e SOUZA, Maria Cecilia Cortez C. de (Org). **A memória e a sombra** – a escola brasileira entre o Império e a República. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.